

L E I nº 3.190/2012

Data : 22 de março de 2012.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à *NAIARA ZULIN*, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel à *NAIARA ZULIN*, empresa individual, inscrita no CNPJ sob nº 09.583.320/0001-96, estabelecida na Rua Prefeito José Mário Junqueira nº 142 – Sala 02, nesta cidade, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei, um terreno urbano regular sem benfeitorias doravante denominado lote 06, com as seguintes medidas e confrontações: confrontando na frente com a Rua Projetada, distância de 19,42 m (dezenove metros e quarenta e dois centímetros), do seu lado direito confrontando com o lote 10 da quadra 03, área Industrial Bela Vista, do seu lado esquerdo confrontando com o lote 05, distância de 33,00 m (trinta e três metros), e aos fundos confrontando com a parte do lote 01 (Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros), distância de 17,00 m (dezessete metros), 28,00 (vinte e oito metros) e confrontando também aos fundos com a Rua Sebastião Diogo do Nascimento em 11,00 m (onze metros), perfazendo uma área de 977,28 m² (novecentos e setenta e sete metros e vinte e oito centímetros quadrados), na área industrial, Vila Bela Vista, nesta cidade, destacado de uma área maior, a que se refere a Matrícula nº 7.912 do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-3.225,02 (três mil, duzentos e vinte e cinco reais e dois centavos).

Art. 2º - O imóvel objeto desta concessão de direito real de uso, autorizada por esta lei, destina-se a edificação de um barracão para *COMÉRCIO DE MÁRMORES e GRANITOS*.

Art. 3º - A cessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente Lei, e concluí-la no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão de direito real de uso e reverter o imóvel

ao concedente, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

Art. 4º - A mudança da destinação do imóvel, antes de expirado o prazo estabelecido no art. 5º, desta lei, dependerá de prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, sequestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário, antes do prazo de 10 anos, de acordo com a Lei de Incentivo Empresarial nº 2.113/98, de 27/11/98.

Parágrafo Único - A cessionária se obriga a manter, após a conclusão da edificação, a geração de no mínimo 05 (cinco) empregos diretos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de
Bandeirantes, Estado do Paraná, em 22 de março de 2012.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal